



## Eleições 2011 Venda do BPN e *golden shares* na ementa das primeiras semanas

# Novo Governo sem tempo para mostrar trabalho à *troika*

Mais de 20 medidas têm de ser tomadas até à primeira avaliação da UE e do FMI, no fim de Julho. Eleições e prazos políticos complicam a execução do programa

Ana Rita Faria, Leonete Botelho e Raquel Martins

● O aviso foi deixado na semana passada pelo ministro das Finanças e não anda longe da realidade. “O próximo Governo não terá tempo para se sentar”, alertou Teixeira dos Santos, referindo-se às duas dezenas de medidas que o novo executivo que sair das eleições do próximo domingo terá de implementar em menos de dois meses. No final de Julho, Portugal recebe a primeira missão de avaliação da *troika* e, se não houver sinais concretos de que o programa de ajustamento está a ser aplicado, a transferência das novas *tranches* do empréstimo pode estar em risco.

As instituições internacionais estão a seguir de perto a situação portuguesa - ontem, a missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) voltou a Lisboa para preparar o acompanhamento do programa de ajuda. E também não escondem a preocupação com a possibilidade



Teixeira dos Santos

de o país não cumprir as metas, como avançava ontem a SIC Notícias, citando fonte da *troika*.

No imediato, o novo Governo tem que tomar várias decisões: encontrar um comprador para o BPN, definir os planos de redução de custos e os limites de endividamento do sector empresarial estatal, eliminar as *golden shares* e os direitos especiais do Estado nas empresas cotadas e entregar ao Parlamento as alterações ao regime das indemnizações por despedimento.

Até ao final de Julho, o executivo terá ainda de apresentar às equipas da Comissão Europeia (CE) e do FMI uma proposta de “recalibragem do sistema fiscal, com vista a diminuir os custos laborais”. A *troika* já deixou claro que conta com uma redução significativa da taxa social única paga pelas empresas, mas o PS não tomou ainda uma posição concreta sobre o assunto e a proposta do PSD fica aquém do pretendido.

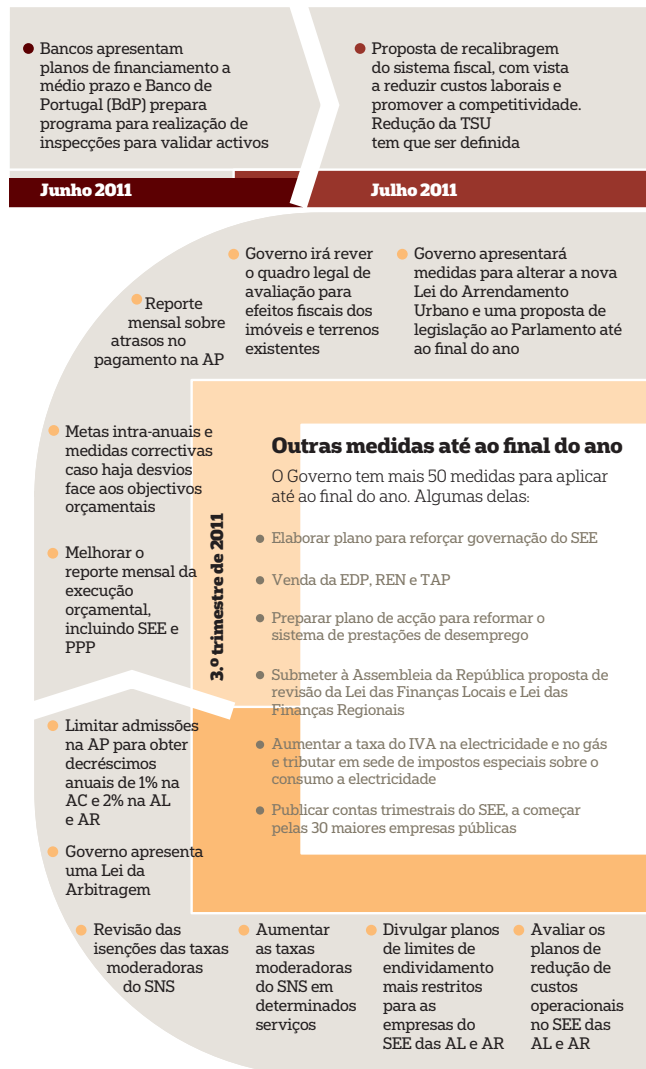
### Prazos políticos difíceis

A agravar o cenário, os prazos políticos são incompatíveis com a urgência exigida pela *troika*. O novo Parlamento reúne pela primeira vez três dias após a publicação, em *Diário da República*, dos resultados oficiais das eleições. Esta publicação demora cerca de duas semanas, uma vez que têm que cumprir-se os prazos de recurso e até a sua decisão. Se tudo correr sem surpresas (sem recursos complicados), os novos deputados serão chamados à primeira reunião plenária na semana de 20 de Junho. Esta reunião serve apenas para a verificação de poderes e eleição da Mesa da Assembleia, em especial o seu presidente.

O Parlamento só tem de voltar a reunir para a discussão do programa de Governo. Depois de nomeado pelo Presidente da República, o executivo tem 10 dias, segundo a Constituição, para apresentar o seu programa na Assembleia, que o deverá discutir e votar no prazo de três dias. A maior incógnita reside, no entanto, na constituição do próprio elenco governativo, uma vez que a Constituição não coloca qualquer prazo para a sua formação ou tomada de posse.

A corrida é contra o tempo e o líder do CDS-PP, Paulo Portas, alertou ontem que o Parlamento não pode

## Eleições à porta e mais de uma cen



Fonte: Memorando de Entendimento entre o Governo português e a *troika*

### Versão final do acordo não foi divulgada

Governo só disponibiliza o outro memorando quando a instituição o fizer

As medidas e os prazos do programa económico com que Portugal se comprometeu com a *troika* ainda não foram integralmente divulgados. A versão já conhecida, e publicada no *site* do Ministério das Finanças, é o memorando assinado com a Comissão Europeia, mas a versão final do documento assinado entre o executivo e o FMI ainda não é do domínio público.

Questionado pelo PÚBLICO, que solicitou o acesso a este documento, o Ministério das Finanças respondeu que “a versão final do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras será disponibilizada no *site* do ministério depois de publicada no *site* do FMI”. O PÚBLICO pediu esclarecimentos ao fundo, mas não obteve resposta até ao final da edição.

A versão já conhecida é o memorando de entendimento assinado com a Comissão

Europeia no dia 17 de Maio, na reunião do Ecofin, e apresentava algumas diferenças em relação às versões preliminares, nomeadamente a antecipação do calendário de algumas medidas.

Mas há ainda o memorando de políticas económicas e financeiras, do qual é apenas conhecida a versão preliminar, embora não de fonte oficial. Apesar de ser semelhante ao outro, deverá especificar melhor algumas medidas - como é o caso da descida da taxa social única.

Ontem, os técnicos do FMI chegaram a Lisboa para “preparar terreno para uma missão completa de gestão financeira pública, mais tarde no Verão”. Depois de ter recebido a primeira *tranche* do empréstimo de 78 mil milhões a 24 de Maio (6,1 mil milhões de euros), Portugal deverá receber hoje 1,75 mil milhões e outros 4,75 mil milhões amanhã. **Ana Rita Faria e Sérgio Aníbal**

fechar para férias “se quer que Portugal seja um país que cumpre os seus compromissos para ganhar margem de manobra para melhorar alguns aspectos deste acordo”.

### Trabalho de casa feito

Como ainda não se sabe quando o novo executivo entrará efectivamente em funções, o Governo de gestão terá de deixar boa parte do trabalho já feito. Pelo menos se quiser passar na primeira avaliação que a missão da *troika* irá realizar no final de Julho e da qual dependerá a libertação das próximas *tranches*.

Na semana passada, Teixeira dos Santos admitiu que o actual executivo terá de deixar os *dossiers* para o futuro Governo: “Há outras medidas que não será este Governo a decidir mas que terão de estar preparadas para quem vier a seguir possa de imediato ajuizar, avaliar e tomar decisões, dan-

do cumprimento ao programa”.

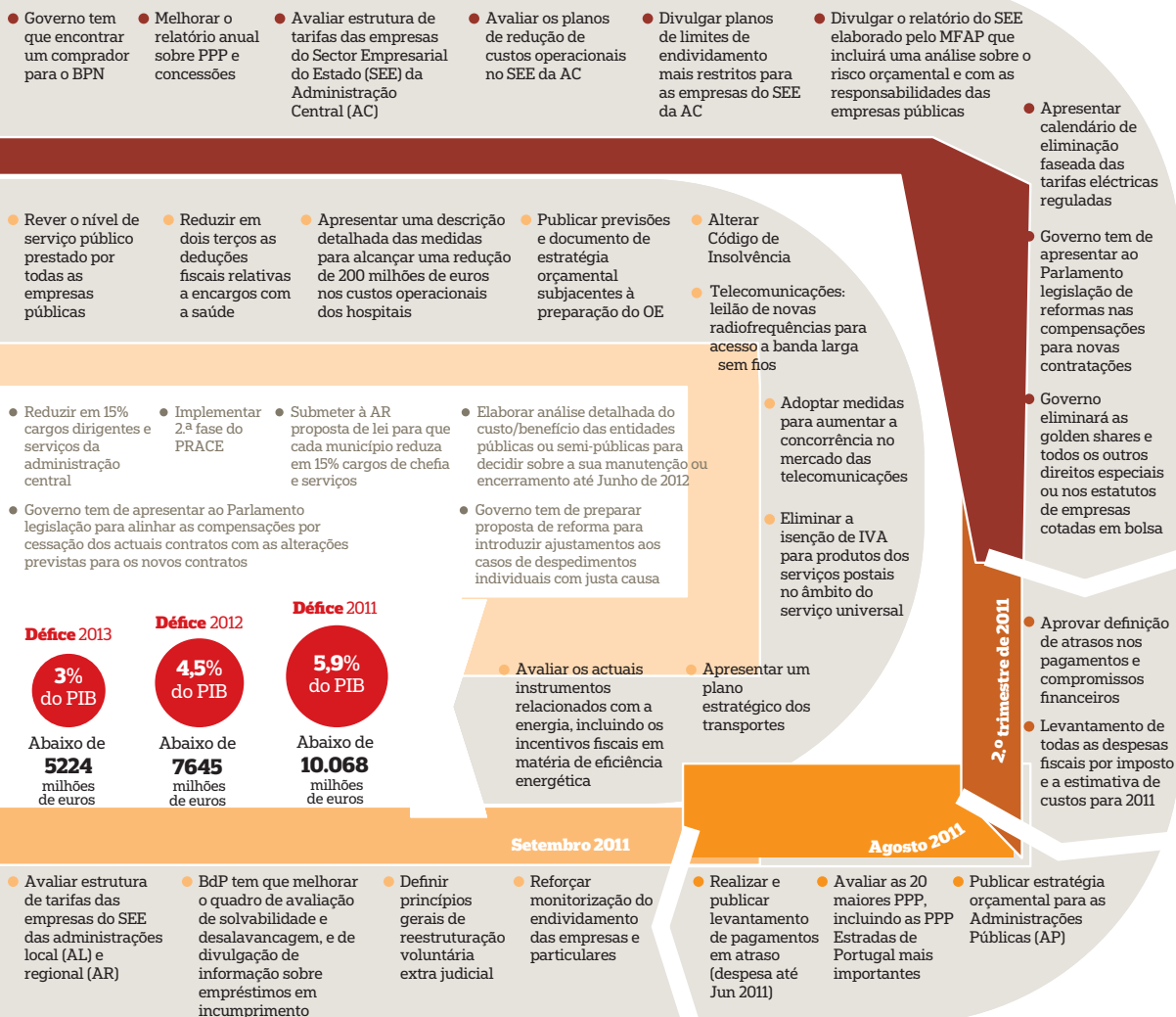
Algumas medidas já estão mesmo no terreno, garantiu, dando como exemplo a identificação dos “pagamentos em atraso e das responsabilidades contingentes”, maior celeridade nos tribunais para resolver processos fiscais em atraso, o levantamento da situação financeira das empresas públicas e a implementação de um programa de redução de custos. Além disso, o Banco de Portugal já deu indicações para que as instituições financeiras nacionais reforcem os seus rácios de capital.

O novo executivo terá ainda de resolver a venda do BPN, que, segundo o programa da *troika*, tem de ser feita até ao final de Julho.

Na semana passada, o *Diário Económico* noticiou que o presidente da Caixa Geral de Depósitos, Faria de Oliveira, esteve no Brasil em reuniões com interessados na compra do banco.



## tena de medidas para tomar



## Acordo com a troika

### Tribunal de Contas promete rigor nos prazos

● O presidente do Tribunal de Contas garantiu ontem que a instituição vai cumprir todas as tarefas que o acordo de ajuda de resgate financeiro lhe atribui e prometeu rigor no acompanhamento dos prazos do acordo com a troika.

“Perante a exigência, nós vamos cumprir e temos de trabalhar. Naturalmente, isso significa que temos todos que nos empenhar, começar desde já a trabalhar, e o Tribunal de Contas vai ser aqui muito rigoroso”, afirmou Guilherme d'Oliveira Martins, citado pela Lusa. Afirmou também acreditar que Portugal será capaz de cumprir os prazos e os compromissos assumidos com a troika desde que “haja uma congregação de todos, sem excepção”.

“O Tribunal de Contas pode constituir um factor de incentivo, uma vez que vamos estar em cima dos acontecimentos e vamos contribuir para que os prazos e as tarefas sejam escrupulosamente cumpridos”, garantiu.

Frisou ainda que a instituição vai “cumprir plenamente todas as responsabilidades de que está investida” e que estará empenhada sobretudo no controlo da dívida pública e dos grandes agregados das finanças públicas.

O responsável considerou que, mais importante do que fazer uma investigação às causas da actual crise económica e financeira portuguesa, seria mais importante trabalhar para preparar o futuro.

“É absolutamente fundamental que não nos preocupemos com bodes expiatórios no passado, temos é que trabalhar para o futuro” e ser “mais rigorosos, mais transparentes”, afirmou Oliveira Martins.



# *Troika* vai impor prazos difíceis ao próximo Governo